

Pesquisa e Ações em Saúde Pública

Edição XXVI

Capítulo 17

MONITORAMENTO DAS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS EM CANTINAS DA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE

LIA LUMA PRADO¹
BRENDA LOPES PAIVA²
EURIANA MARIA DE ARAÚJO BEZERRA³
GESSIKA DIAS PEREIRA DE OLIVEIRA⁴
MANOELISE LINHARES FERREIRA GOMES⁵
ALANNE PIMENTEL FERREIRA RIBEIRO⁶
SAMARA GUARIGUASI ANDRADE DE CARVALHO⁷
IRACEMA PONTE BENTO TRINDADE ESCOSSIO⁸
NATIANE GOMES FURTADO⁹
EVERTON SOUSA DOMINGUES¹⁰

¹Discente - Médica Veterinária Pós Graduanda em Vigilância em Saúde da Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia.

²Discente - Médica Veterinária Pós Graduanda em Vigilância em Saúde da Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia.

³Discente - Biomédica Pós Graduanda em Vigilância em Saúde da Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia.

⁴Discente - Enfermeira Pós Graduanda em Vigilância Sanitária pela Escola de Saúde Pública do Ceará.

⁵Discente - Enfermeira Pós Graduanda em Vigilância Sanitária pela Escola de Saúde Pública do Ceará.

⁶Docente - Médica Veterinária da Vigilância Sanitária de Sobral.

⁷Graduada - Enfermeira pela UNINTA Sobral.

⁸Especialista - Nutricionista pela Universidade Estadual do Ceará.

⁹Discente - Administração pela Faculdade Anhanguera Sobral.

¹⁰Discente - Enfermeiro Pós Graduando em Vigilância Sanitária pela Escola de Saúde Pública do Ceará.

Palavras-Chave: Vigilância Sanitária; Saúde Única; Saúde Alimentar.

DOI

10.59290/6914527022

EDITORIA
P PASTEUR

INTRODUÇÃO

A Vigilância Sanitária (Visa) constitui um dos pilares fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) na prevenção de riscos e na promoção da saúde coletiva (BRASIL, 1999). Sua atuação extrapola o caráter fiscalizador, envolvendo ações de natureza educativa, regulatória e preventiva que buscam reduzir agravos e proteger a vida em seus diversos contextos sociais (CORRÊA, 2011). No campo da educação, especialmente em unidades escolares que atendem crianças em idade de elevada vulnerabilidade, o papel da Visa torna-se ainda mais estratégico.

A Instrução Normativa (IN) nº 66, publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), introduz uma classificação de risco sanitário para atividades educacionais, categorizando a Educação Infantil (creches e pré-escolas) como atividade de alto risco sanitário, sobretudo para crianças até os três anos de idade. Já o Ensino Fundamental é classificado como atividade de médio risco sanitário, exigindo monitoramento regular, ainda que menos intensivo (ANVISA, 2020). Tal classificação determina prioridades de fiscalização e estabelece padrões de monitoramento que orientam a organização dos serviços municipais de Vigilância Sanitária em todo o país.

As instituições escolares desempenham atividades complexas que envolvem alimentação, cuidados básicos, higiene, manipulação de resíduos, atendimento emergencial e manutenção predial. Assim, a presença da Visa no cotidiano dessas instituições constitui uma estratégia essencial de cuidado, particularmente no que se refere aos serviços de alimentação como cozinhas, cantinas e refeitórios. Esses ambientes, se manejados de modo inadequado, podem se tornar potenciais fontes de contaminação alimentar e de surtos de doenças relacionadas à inges-

tão de alimentos e água contaminados (NEUMANN *et al*, 2025).

A segurança alimentar nas escolas é, portanto, resultado de uma articulação entre normas sanitárias, formação dos manipuladores de alimentos, infraestrutura adequada e acompanhamento permanente. É nesse contexto que se insere a experiência de Sobral, município de referência nacional na gestão pública educacional e sanitária, que desenvolveu um conjunto de ações educativas e de monitoramento nas escolas públicas, voltadas especialmente às cantinas e cozinhas, com foco na prevenção de riscos sanitários (SIMPLÍCIO, 2020).

Este estudo busca apresentar, analisar e discutir a experiência da Vigilância Sanitária de Sobral, destacando seu papel como agente educador e catalisador de boas práticas, em diálogo com a comunidade escolar.

MÉTODO

A atuação da Vigilância Sanitária nas escolas fundamenta-se em um conjunto de legislações que estabelecem padrões e critérios para o funcionamento seguro desses estabelecimentos. Entre os documentos normativos que orientam as práticas, destacam-se: A IN nº 66/2020, que define o risco sanitário das atividades educacionais, a RDC nº 216/2004, que estabelece normas de Boas Práticas de Manipulação em Serviços de Alimentação, a Portaria nº 2.647/2011, que trata das competências municipais em ações de Vigilância Sanitária, e O Código Sanitário do Estado do Ceará, que regulamenta inspeções e licenças sanitárias (ROZENFELD, 2000).

Com base nesses dispositivos, compreende-se que o papel da Visa ultrapassa o cumprimento de obrigações legais, assumindo também uma dimensão pedagógica e transformadora. A educação sanitária, entendida como processo contínuo de diálogo, orientação e construção

coletiva de saberes, é essencial para promover comportamentos seguros e sustentáveis entre manipuladores de alimentos, professores, gestores e estudantes (LOMÔNACO 2014).

Em muitos contextos, a fiscalização ainda é percebida como um instrumento punitivo com tudo, a experiência de Sobral demonstra que, quando associada ao acompanhamento sistematizado e à educação em saúde, a Visa pode fortalecer vínculos e produzir resultados duradouros na promoção da saúde escolar.

O município de Sobral conta, em sua rede pública de ensino, com 90 estabelecimentos distribuídos entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Destes, 51 estão localizados na sede e 39 em distritos e localidades rurais (SOBRAL, 2023). Essa heterogeneidade territorial exige estratégias diferenciadas de monitoramento sanitário, considerando os distintos níveis de acesso, infraestrutura e dinâmica operacional das escolas.

As escolas de Educação Infantil, classificadas como de alto risco sanitário pela Anvisa, constituíram a prioridade das ações desenvolvidas ao longo de 2024 e 2025. Seus ambientes apresentam maior vulnerabilidade devido à idade das crianças atendidas, ao manejo de alimentos específicos, à necessidade de higienização rigorosa e ao fato de que os pequenos não possuem autonomia plena para práticas de autocuidado.

Trata-se de um relato de experiência com abordagem descritiva e analítica. As ações realizadas pela Vigilância Sanitária em Sobral no período de janeiro de 2024 a setembro de 2025, que envolveram quatro dimensões principais: Levantamento e cruzamento de dados, visitas programadas e análise documental, avaliação das condições estruturais e operacionais e por fim, ações educativas e diálogo com a comunidade escolar.

Inicialmente, realizou-se um mapeamento dos estabelecimentos educacionais municipais, por meio do cruzamento de informações provenientes do Sistema Municipal da Vigilância Sanitária, e da Secretaria Municipal da Educação, além dos relatórios de inspeções. Esse levantamento permitiu identificar escolas com pendências documentais, riscos estruturais, alterações funcionais e necessidades específicas de acompanhamento.

As visitas foram planejadas de acordo com a classificação de risco sanitário e envolveram avaliação detalhada dos seguintes itens: Vistoria do corpo de bombeiros e certificações de segurança, certificados de dedetização e controle de vetores e pragas, controle de potabilidade da água, registro da limpeza dos bebedouros, certificado de regularidade técnica junto ao conselho de classe, documentação referente a treinamentos em primeiros socorros; comprovação de capacitação das merendeiras em Boas Práticas de Manipulação e registros de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's).

Nas áreas de produção de alimentos como cantinas, cozinhas, despensas e refeitórios, foram analisados os aspectos referentes às condições higiênicas sanitárias de armazenamento de alimentos perecíveis e não perecíveis, o uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), Funcionamento e higienização de equipamentos (geladeiras, freezers, utensílios, fogões, bancadas), execução dos POP's no cotidiano, Fluxo de entrada, preparo e distribuição de alimentos e aspectos estruturais como a presença de parede e piso de material de fácil higienização e telamento de janelas e ralos a fim de evitar entrada de animais sinantrópicos.

Durante as visitas, os técnicos da Visa não apenas observaram e registraram as práticas, mas desenvolveram conversas orientadas com merendeiras, gestores e demais servidores. Os diálogos abordaram: A prevenção de contaminações cruzadas, a importância da higienização

frequente das mãos, os riscos associados ao descongelamento inadequado os cuidados com água e gelo, as doenças transmitidas por alimentos (DTA's) e surtos hídricos e as responsabilidades legais de Responsável Técnico (RT), manipuladores e gestores. Essa abordagem dialogada reforçou a noção de que a vigilância sanitária é também uma forma de cuidado e um instrumento educativo.

Assim, as ações da Vigilância Sanitária buscaram contemplar a totalidade dos estabelecimentos, respeitando a priorização por risco, mas mantendo um olhar abrangente e articulado sobre a rede escolar como um todo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização das visitas que ocorreu no período de janeiro de 2024 a setembro de 2025 permitiu identificar avanços significativos no cumprimento das normas sanitárias pelas escolas de Sobral. Entre os principais resultados, destacam-se: Maior conscientização dos manipuladores de alimentos, correta aplicação da legislação sanitária, fortalecimento do vínculo entre Vigilância Sanitária e comunidade escolar, prevenção efetiva de riscos sanitários e ação de vigilância popular.

As merendeiras demonstraram conhecimento aprimorado sobre boas práticas, evidenciado pela adoção de rotinas de higiene mais rigorosas, manipulação correta dos alimentos e cumprimento de recomendações feitas em visitas anteriores. A ausência de medidas administrativas ou advertências formais indica um alto grau de aderência às orientações (CARVALHO, 2024).

Os técnicos observaram que a legislação vigente estava sendo aplicada de modo consistente no cotidiano das cozinhas e refeitórios. Os POP's estavam atualizados e compreendidos pelas equipes, que demonstraram autonomia na

implementação das recomendações sanitárias (BRASIL, 2002).

A metodologia de diálogo e educação em saúde favoreceu um ambiente de cooperação. Gestores e servidores demonstraram abertura para esclarecer dúvidas, solicitar orientações e aprimorar seus procedimentos.

Embora seja difícil mensurar diretamente a prevenção de surtos, observou-se que as práticas adotadas reduzem de maneira significativa a probabilidade de contaminações alimentares e de agravos associados à ingestão de alimentos e água (BRASIL, 2004).

A experiência vivenciada aproxima-se do conceito de Vigilância Popular, que pressupõe a participação social, o diálogo direto com os atores do território e a construção compartilhada de práticas de cuidado. Tal perspectiva amplia o alcance da Visa, tornando-a mais sensível às realidades locais e mais eficaz na proteção da saúde. A experiência da Vigilância Sanitária de Sobral evidencia que o monitoramento associado a ações educativas produz resultados mais expressivos do que intervenções isoladas e punitivas (LOMÔNACO, 2014).

A literatura em saúde coletiva destaca que processos educativos contínuos são capazes de transformar práticas de trabalho, fortalecer vínculos e promover a autonomia das equipes escolares. Além disso, a classificação de risco proposta pela IN nº 66/2020 permite que o município organize suas ações com foco nas instituições mais vulneráveis, otimizando recursos e promovendo monitoramento proporcional ao risco real (SIMPLÍCIO, 2020).

Outro aspecto relevante é a inserção da educação sanitária como estratégia de cuidado intersetorial, conectando saúde e educação. A segurança alimentar no ambiente escolar impacta diretamente o desenvolvimento cognitivo das crianças, a redução do absenteísmo, a prevenção de doenças infecciosas e o bem-estar geral da comunidade escolar (BRASIL, 2013)

Assim, as ações de vigilância tornam-se parte de uma política de proteção integral à infância, dialogando com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

CONCLUSÃO

A experiência desenvolvida pela Vigilância Sanitária de Sobral evidenciou que ações educativas integradas ao monitoramento sanitário fortalecem significativamente a segurança alimentar no ambiente escolar. Ao longo das visitas, observou-se maior conscientização das merendeiras, melhoria na aplicação das boas práticas de manipulação e fortalecimento do vínculo entre equipes escolares e profissionais da Visa, favorecendo a corresponsabilidade pelo cuidado. A análise revelou que intervenções dialógicas, contínuas e contextualizadas são mais

eficazes do que abordagens exclusivamente fiscalizatórias, contribuindo para a construção de uma cultura sanitária sólida.

Além disso, os resultados demonstram que a articulação entre saúde e educação geram impactos diretos no bem-estar das crianças e adolescentes, na prevenção de doenças e na qualificação dos serviços escolares. Como perspectiva, recomenda-se a ampliação desse modelo para outras etapas da rede de ensino, a realização de estudos qualitativos que explorem percepções dos profissionais envolvidos e a produção de indicadores que permitam avaliar, de forma mais sistemática, os efeitos das ações educativas no longo prazo. Essa experiência abre caminho para novas pesquisas e para o aperfeiçoamento das estratégias municipais de vigilância, reafirmando seu papel essencial na promoção da saúde pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Instrução Normativa nº 66, de 1º de setembro de 2020. Dispõe sobre a classificação de risco das atividades econômicas para fins de vigilância sanitária. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 3 set. 2020. Disponível em: https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2020/in066_1%C2%B0_09_2020.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004. Disponível em: https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html. Acesso em: 17 nov. 2025.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução nº 275, de 21 de outubro de 2002. Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/anexos/anexo_res0275_21_10_2002_rep.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.
- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm. Acesso em: 17 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Guia de Instruções das Ferramentas para as Boas Práticas na Alimentação Escolar. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/ferramenta-de-boas-praticas-de-fabricacao-de-alimentos>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- CARVALHO, W. F. Avaliação das boas práticas em cantinas escolares em São Bento-MA. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Bento, 2024. DOI: 10.5935/rmnm.v6i1.2025.
- CORRÊA, Á. C. Gestão do risco sanitário no Brasil e a responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. DOI: 10.5935/rmnm.v6i1.2025.
- LOMÔNACO, A. F. S. Concepções de saúde e cotidiano escolar: o viés do saber e da prática. Revista Ciência e Saúde Coletiva – Educação Popular, n. 6, 2014. DOI: 10.1590/1413-81232014196.006.
- NEUMANN, K. R. D. S. *et al.* O papel da educação na conscientização em vigilância sanitária. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 6, n. 1, p. 1–13, 2025. DOI: 10.5935/rmnm.v6i1.2025.
- ROZENFELD, S. (Ed.). Fundamentos da vigilância sanitária. Rio de Janeiro: SciELO – Editora Fiocruz, 2000. DOI: 10.5935/rmnm.v6i1.2025.
- SIMPLÍCIO, K. L. R.; SILVA, E. G. Segurança alimentar: capacitação em boas práticas para colaboradores de escolas públicas de Petrolina-PE. Revista Semiárido De Visu, v. 8, n. 1, p. 15–27, 2020. DOI: 10.47485/semiariododevisu.v8i1.2020.
- SOBRAL. Secretaria Municipal de Educação. Portaria de Matrícula nº 216/2022 – SME. Estabelece o calendário e normas para matrícula dos alunos da rede pública municipal de Sobral/CE para 2023. CE, 2023. Disponível em: <https://educacao.sobral.ce.gov.br/calendario-de-formacao-de-professores/relacao-das-escolas-municipais/>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- SOUZA, G. S.; COSTA, E. A. Considerações teóricas e conceituais acerca do trabalho em vigilância sanitária. Revista Ciência e Saúde Coletiva, v. 15, p. 3329–3340, 2010. DOI: 10.1590/S1413-81232010001500027.